

Literatura infantil afro-brasileira e representação legal.

Revendo obras para a realidade educacional brasileira

Edmar Costa Barros¹

Resumo

A leitura de obras de autores brasileiros e africanos de língua portuguesa é uma estratégia muito boa para estimular os jovens ao aprendizado da língua e enriquecer o poder de leitura dentro de uma realidade brasileira. Em um país cuja média de alunos negros e mestiços que frequentam a escola é de oito a cada dez alunos, trazer para eles uma realidade bem próxima do seu cotidiano tem dado certo porque além destes alunos se sentirem parte de uma realidade social bem próxima do seu nível, perceberiam que o negro não é um mero coadjuvante na formação de uma nação forte, mas também produtor e protagonistas de obras de qualidade e de iniciativas vitoriosas. Mas quem são esses escritores? Quais são as suas obras? Devemos analisar esta problemática para entendermos como seria a nossa experiência educacional e sua real aplicabilidade para alunos da rede pública que diariamente experimentam a violência, a marginalidade e a criminalidade.

Palavras-Chave: Literatura Infantil; Lei 10.639/2003.

Abstract

Reading works by Brazilian and African authors of Portuguese language is a best strategy to encourage young people to enhance language learning and the power of reading within a Brazilian reality. In a country whose average blacks and mestizos students who attend school is eight to ten students, bring them a reality very close to your routine has worked well because these students feel part of a social reality very close to its level, would realize that black is not a mere adjunct in the formation the strong Brazilian nation, but also producer and actors of quality works and victorious initiatives. But, who are these writers? What are your works? We need analyze this problem would be to understand how our educational experience and its applicability to real public school students who daily experience violence, marginalization and criminality.

Palavras-Chave: Literatura Infantil; Lei 10.639/2003.

¹ Bacharel com Licenciatura em Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Sistemas Semióticos pela Universidade Gama Filho (UGF, 2003.2). Pós Graduando em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estácio de Sá (UNESA, 2009.2), em Literaturas Portuguesas e Africanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2010), e Relações Étnico-raciais e Educação pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ, 2011.2). Especialista em Audiovisual pela Central Única das Favelas (CUFA, 2008.2). Atualmente desenvolve trabalhos de Cinema educacional em comunidades carentes pela sua Organização Não-governamental, a Comunidade Necessária e ministra aulas de Educação Complementar, de Língua Portuguesa e Inglesa, e Vivência Cidadã, em escolas municipais, ensino médio e cursos livres nas comunidades assistidas pelas UPP's, pelo Serviço Social da Indústria - Sesi.

Introdução

Quando se vive em um mundo de complexidades e incertezas, precisamos considerar a necessidade de novas ferramentas e procurar estruturá-la para a formulação de um novo curriculum, visando não somente os problemas do conhecimento e da aprendizagem, mas também as experiências de vida, enfatizando na necessidade de uma matriz de pensamento complexa, pluridimensional que as questões raciais necessitam discutir na sociedade.

Para diminuir os problemas causados por questões históricas que provocou uma difícil relação com as políticas públicas no Brasil por séculos, seria preciso dialogar muito entre setores para buscar-se soluções melhores os Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – em diversos centros urbanos brasileiros. O governo brasileiro tem se movimentado para isso em relação ao negro, fechando as lacunas educacionais deixadas pela lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, através do Estatuto da Igualdade Racial, a lei 12.288, de 20 de julho de 2010. Mas, antes disso estabeleceu o ensino obrigatório da história e cultura do negro afro-diaspórico e sua importância para formação de uma forte, rica, soberana e mestiça nação, através da lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. E, na mesma proporção em importância, o ensino obrigatório da história e cultura do índio, pela lei 11.645, de 10 de março de 2008. Com isso, dar o conhecimento de que o negro não era apenas escravo e o índio era indolente, mas que foram protagonistas da história de um Brasil glorioso. E ver os feitos de negros como Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro, Manuel Congo e Chico Rei, Henrique Dias, Manuel Fautino Lira, Aleijadinho, e dos índios Arariboia, Tibiriça e Felipe Camarão não como mero acaso de um povo sem conhecimento ou desprovido da capacidade de reger o próprio destino. E que não é fruto do determinismo racial ou climático, teoria do historiador inglês Henry Thomas Burckle (Skidmore, 2012: 68).

1. Mudanças na postura governamental: É o suficiente?

Para um país que se digna a integração racial de forma efetiva, o Estado tem que promover estratégias para melhorar a educação principalmente nos bolsões de misérias, mais conhecidos como favelas, onde o Estado, por anos negou-se a entrar e atuar para a promoção das igualdades. Segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos

da Presidência da República, para a melhor atuação governamental e promover a integração efetiva e sustentável (SAE, 2010: 7), teriam seis pilares da Segurança Pública no Brasil a seguir:

- 1º Pacificação, promoção da segurança pública e da capacidade de resolução pacífica de conflitos;
- 2º Reorganização das instituições e lideranças e, por conseguinte, da capacidade de identificação das necessidades locais e de ação coletiva;
- 3º Transição para a regularidade/legalidade, definição de regras de convivência e garantia da ordem pública;
- 4º Restabelecimento da igualdade de oportunidades e de acesso a serviços públicos para o desenvolvimento pessoal e redução das desigualdades;
- 5º Integração física, econômica e simbólica para a construção de identidade e de pertencimento;
- 6º Resignificação da juventude.

Mesmo que todos os pilares apresentados sejam importantes, os dois últimos são os objetivos maiores dos educadores que desejam uma sociedade igualitária e justa a partir da mudança gerada pela reflexão do papel do jovem na sociedade. Principalmente quando se fala da integração simbólica para a construção de identidade de pertencimento e da resignificação da juventude. Tanto se fala nos círculos dos analistas de políticas públicas dos atores sociais, mas nunca se analisa profundamente esses atores ou se enquadram em coadjuvantes e protagonistas sociais. Mas observamos que sem uma educação de qualidade, as camadas sociais mais pobres do Brasil sofrerão as maiores perdas sociais mais ainda, até 2054. Os números da educação dos negros são impressionantes e corroboram com isso. Mesmo sabendo que 15,5% da população negra com quinze anos ou mais, em 2009, eram analfabetas e que esse número caiu para 9,9%, em 2011, (IPEA, 2011: 21), ainda são números altos e reveladores dos problemas históricos de raízes sociais que afetam a qualidade da educação como cita o ex-ministro da educação Fernando Haddad, em uma palestra (Haddad, 2010: 40).

Todos esses números mostram que precisamos criar estratégias para trazer esse jovem para uma realidade bem próxima do seu cotidiano e resignificar a juventude. E tem dado certo, porque além destes alunos se sentirem parte de uma realidade social bem próxima do seu nível, perceberiam que o negro não é um mero coadjuvante na

formação de uma nação forte, mas também produtor e protagonistas de obras de qualidade e de iniciativas vitoriosas. Mas, mesmo com essas referências todas, devemos olhar o conjunto da sua obra com cuidado, pois assim como todos os escritores que fazem parte do curriculum dos melhores *Stricto Sensu* universitários. E são as recomendações de professores para os planos de aula da maior parte dos cursos fundamentais e médios do Brasil. Não podem ser escolhas tendenciosas e levadas pelo afã das premiações de suas obras. Alfabetizar, ou seja, criar mecanismos de interpretação simbólica com o propósito de reinserção social do indivíduo promovendo o pertencimento, a partir de uma lógica que não representa plenamente esse jovem abre um procedimento perigoso, pois o branco sempre será a referência de qualidade para a produção intelectual. E o negro, o consumidor dessa cultura.

2. Reintegrar de forma simbólica para o pertencimento e a ressignificação

Para uma completa ressignificação da juventude brasileira, de maioria negra e mestiça, há-se a necessidade de derrubar diversos estereótipos e revalidade/refazer arquétipos deturpados pelos colonizadores portugueses como instrumento de dominação e coação idêntica a feita nas colônias africanas de língua portuguesa. Instrumentos esses que, mesmo com o fim da escravidão e dominação do colonizador, perduram por mais de um século de liberdade e nos afetam até os dias atuais.

O enquadramento dos antepassados negros em uma condição pré-histórica (Nascimento, 1991: 15), e sub-histórica, facilitou essa dominação. Por durante muitos séculos acreditou-se que o negro não tinha uma história devido a diversos fatores como a falta de documentação ou uma orientação simbólica. Mas diversos estudos mostraram que não existe essa afirmação. A inferência afeta diretamente os livros de história, onde se observa o branco europeu desbravador e heroico, enquanto vimos o negro indolente e preguiçoso, que não deveria de lutar pela sua liberdade porque não era um direito seu, sob pena de ser taxado de rebelde e anarquista. E que a sua luta pela liberdade seria reprimido pelo bem maior que é a construção da forte e soberana nação brasileira. Esse argumento valida a necessidade atual de correção dos problemas educacionais que essa negligência histórica promoveu por séculos através de ações afirmativas para ampliar as condições de ascensão social de negros, mestiços,

indígenas e carentes, oriundo de instituições de ensino público para o ingresso no ensino superior público, no serviço público e na política brasileira.

Outro instrumento foi o critério religioso para demonização que inferiorizou o negro a uma classe de subumano. Por acreditar que o negro cultuava demônios, a autoridade máxima religiosa apoiou durante cinco séculos o tráfico de negros de diversos pontos da África por acreditar que suas almas não eram puras e que não eram humanos, ignorando todos os preceitos biológicos. E também reprimiu a prática por acreditar que esta contaminaria todos os preceitos teológicos vigente da época, somente aceitando as Irmandades de Pretos como as promotoras da religiosidade negra e atuante na Igreja Católica através de pesados pagamentos de dízimos². Esse argumento valida a necessidade de se criminalizar a violação da liberdade de manifestação religiosa, pois a demonização da religiosidade fere o artigo V, da Constituição Federal Brasileira, que permite a liberdade de expressão de todas as formas, desde que seja de forma pacífica.

Trazer à tona discussões sobre a sistemática tentativa de se apropriar do patrimônio material e imaterial do negro e do índio, pois o colonizador passou a assumir a autoria de movimentos culturais como se fossem legítimos dos brancos e o que refutar a autoria das iniciativas que não deram resultados. Notamos isso com a história do samba, que por anos foi alardeado por pessoas desinformadas que era fruto dos bailes da Ilha Fiscal, no Rio de Janeiro, enquanto a verdade é que este veio do ritmo Semba, praticado no Centro Africano e que no Brasil, se manifestou no Recôncavo Baiano, e, mais tarde, vindo a ser revisto no terreiro de Tia Ciata, na Central do Brasil, centro do Rio de Janeiro. Mais que resgatar essa história, devemos reavaliar a presença do negro, pois este está perdendo seu espaço por conta de questões financeiras e sociais.

É entender que a expressão da sexualidade diferenciada, geralmente masculina, muitas vezes presente na religião brasileira de matriz africana é apoiada por séculos pelos que ministram e que não é fruto da própria religião, mas sim de residualidade de séculos. E como tal, devem ser respeitada e não confundidas como promiscuidade ou

² Muitos negros como Chico Rei conseguiram as alforrias a partir do pagamento em ouro proveniente de pequenos furtos no trabalho nas minas de ouro de Minas Gerais e da conivência de alguns padres não-simpatizantes com a escravidão, como o padre da Sé de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto. Este mesmo padre trazia o ouro, que Chico Rei escondia dentro do cabelo, em santos de pau oco para ser vendido no Rio de Janeiro.

desvio de conduta. Por durante séculos foi taxada como o principal incentivo para a promiscuidade masculina e não como uma dádiva dada dos deuses da matriz africana para abençoar a união entre mesmo gênero. E nunca foi observado que o mesmo costume era muito difundido em povos do Peloponeso, mas não tão vilipendiado e criticado quando a questão envolve a religiosidade negra.

A confusão entre a naturalidade da indígena e a forma de se expressar da mulher negra foi um dos motivos pelo qual o colonizador português promoveu durante séculos o seletivo estupro, violência e imposição de seus desejos carnis, através da prostituição, assim como o desrespeito dos direitos a maternidade. Esse fator contribuiu para a formação de um grupo mestiço brasileiro.

E, principalmente, retirar do contexto social o estigma histórico de que o negro e o índio foram os maiores causadores dos problemas de uma sociedade, onde não se olhou a contribuição para o enriquecimento do colonizador nas lavouras de açúcar e café e na exploração de pedras e minerais preciosos. Esse mais marcou o negro quando se observa o caos urbano identificando o tom de pele com o determinante para fatores como criminalidade, marginalidade, tráfico e pobreza. Mas para tornar realidade tudo isso, haveria necessidade criar um público que refletisse sobre a esses problemas e atuantes na modificação e não somente meros observadores dos fatos sociais. Para as gerações atuais, isso demandaria uma mudança de postura, que para alguns seria drástica e que muitos não estariam dispostos a fazê-la. Já para as novas gerações, bastaria criar um ambiente simples de reflexão e trazer à tona discussões através de uma educação escolar privilegiada.

Friso que o propósito educacional não é impor mudanças, mas sim criar uma nova geração de cidadãos que busquem repensar a sua existência, mesmo porque o educador através do conhecimento. E a literatura afro-brasileira é um instrumento muito bom para atingir esse objetivo, pois muitos escritores já abordaram questões relacionadas a esses instrumentos.

3. Leitura de obras afro-brasileiras e realidade dos grupos sociais

Sendo que a minha recomendação seria de estimular a leitura de obras de autores brasileiros e africanos de língua portuguesa dentro da realidade dos grupos sociais e

não obedecendo a visões acadêmicas de *lato* e *stricto*, ou se deixando levar por recomendações das grandes editoras. É uma estratégia muito boa para os jovens ao aprendizado da língua e enriquecer o poder de leitura dentro de uma realidade brasileira.

Devemos analisar esta problemática para entendermos como seria a nossa experiência educacional e sua real aplicabilidade para alunos da rede pública que diariamente experimentam a violência, a marginalidade e a criminalidade. Violência essa que pesa mais sobre o negro quando se analisa os dados levantados pelo estudioso Júlio Waiselfisz (2010). Em 2002, 18.852 brancos foram vitimizados em todo Brasil, número muito inferior em relação aos negros, que fica na ordem de 26.952. Já em 2010, o número de brancos vitimizados reduziu em 37,92%, ficando na ordem de 13.668, enquanto os negros, cuja quantidade de vítimas aumentou em 23,42%, somase a quantidade de 33.264 pessoas. Esse peso histórico está na taxa de homicídios e também na relação de escolaridade, se observarmos o levantamento feito pelo Instituto Ipea:

Observa-se que a média de anos de estudos da população com 15 anos ou mais de idade aumentou de 5,5 anos, em 1995, para 7,5 anos, em 2009, representando um aumento de 2 anos no período. Considerando-se a população negra, identifica-se um aumento de 2,4 anos no mesmo intervalo, o que não representa ainda o rompimento das desigualdades: em 2009, os/as negros/as tinham 6,7 anos de estudos, contra 8,4 anos da população branca. (IPEA, 2011: 22)

Para isso, podemos traçar uma linha evolutiva entre o período de convivência com uma clientela de idades que variam de oito a quinze anos de idade, analisada em dois anos, verificando-se a evolução das produções, no comparativo com a análise diagnóstica inicial e final. E observando a influência dessa interferência nas avaliações dos alunos em sala de aula e sua contribuição para uma avaliação global escolar e mudanças nos indicadores. Atualizar o processo em contraposição aos atuais processos lineares e unidimensionais é um grande desafio das instituições de ensino atuais que ainda enfrentam problemas como baixos salários, péssimas infraestruturas e pedagogias defasadas e nada incentivadoras, mas o fator de sobrevivência ainda continua sendo peça-chave para o aumento educativo do negro.

3.1. *Miscigenação como forma de exclusão*

Visto como um país “miscigenado”, o Brasil marca a presença na Feira Literária de Frankfurt, na Alemanha, promovido entre os dias 9 e 13 de outubro de 2013 sendo homenageado. Porém, dos 70 escritores escolhidos pelo Ministério da Cultura para integrar a comitiva, só havia um negro e um indígena. O que dizer aos jovens negros e mestiços brasileiros diante das escolhas das agências de fomento e incentivo para a produção editorial brasileiro essa falha? Eles são apenas consumidores e não produtores de educação e cultura? A população brasileira não é composto de 51% de negros, segundo estatística do IBGE de 2010? É difícil dizer aos alunos que a cada dez pobres, sete são negros, (Bento, 2005) e que são dados tão alarmantes quanto os de genocídios ao negro e sua condição escolar inferior. E que não justifica, nesse universo, a ausência de negros escritores sabendo-se que temos um enorme plantel neste continente e no africano de língua portuguesa.

A história não tem relatos de pessoas que chegaram a uma categoria superior no status social sem devida escolaridade, principalmente entre os negros em uma sociedade onde a ascensão social não envolve somente as questões financeiras, mesmo porque de nada adianta ser financeiramente estável, as questões raciais ainda pesam nas escolhas sociais. A discriminação e exclusão ultrapassam os limites linguísticos à determinar que a norma culta não é importante e é preconceito linguístico dá margem para aceitar que o negro sempre será subserviente. Levando até ao absurdo de enquadrar quem é branco na categoria de atendido pelas ações afirmativas e até de negro só por está em um nível cultural e educacional baixo do normal e não por questões históricas ou pela constatação do tom da tez.

O que muitos não entendem é que a aquisição da norma mínima, ou seja, o código linguístico mínimo para atender o princípio de Pareto³, não for feito de forma correta gera o analfabetismo funcional, pois aprender pouco e errado significa retrocesso porque não criar solução, mas sim aumenta o problema. E para o negro é perigoso o estigma popular de carga histórica secular do “negro, pobre e burro”.

³ Aprender 20% do que se precisa para utilizar em 80% dos casos.

4. Um novo curriculum para diminuir velhos problemas

É preciso buscar um novo curriculum. É importante para dar aos professores em geral subsídios para promover igualdades de gênero, raça, credo e orientação sexual. E, com isso, criar um ambiente favorável para a educação promotora do bem estar humano, além de levar para a escola ferramentas para torna-la racional e respeitadora das diferenças e dos saberes plurais adquiridos. Há necessidade de políticas educacionais e sociais mais transformadoras destas e novas forças de aprendizado para reduzir as diferenças sociais e evitar que os problemas políticos e econômicos continuem empurrando mais e mais brasileiros no abismo da miséria.

Para satisfazer o critério de incluir no curriculum escolar brasileiro a história da forçada diáspora africana, muitos escritores desse continente são recomendados como os angolanos Luandino Vieira, com a obra *Luuanda*, o ex-guerrilheiro Pepetela, com *Mayombe* e *Geração da utopia*. E até Ondjaki com seus *Bom dia, camaradas* e *Os da minha rua*. Em Moçambique, predomina a figura de Mia Couto, galardoado com o prêmio Camões e um dos mais cotados a ganhar o prêmio Nobel de Literatura. A sua obra *Terra Sonâmbula*, foi referida em duas questões no exame de acesso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e fora transformado pela diretora portuguesa Teresa Prata em uma obra cinematográfica fantástica.

Temos certeza atualmente de que o negro iniciou, a partir do século XIX, importante papel na literatura de língua portuguesa. A Academia Brasileira de Letras foi fundada por um negro, Machado de Assis, que há pouco tempo foi protagonista de uma propaganda polêmica, ao ser retratado como um cliente branco no comercial de um grande banco estatal brasileiro de forma errada. Escreveu obras maravilhosas como *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, que não deixam nada a dever às obras dos escritores negros Lima Barreto, do belíssimo *O triste fim de Policarpo Quaresma* e *O homem que falava javanês e outros contos*, ou *O lutador alemão*, de Tobias Barreto. A obra *O abolicionista*, de Joaquim Nabuco é recomendado até hoje nos Lato Sensu de relações étnico-raciais no Brasil.

Na literatura infantil, temos diversos escritores que trabalham com a temática do negro e os problemas enfrentados em uma sociedade plural. Quando se fala pela estética do cabelo do negro, contamos com as obras *Chico Juba*, de Gustavo Gaivota,

Cabelos de Lelê, de Valéria Belém e *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado. Porém, todos os escritores são notoriamente brancos.

Escritores legitimamente negros podem ser usados como referência curricular nos 365 dias do ano, longe dos cânones e estão dentro da realidade dos jovens brasileiros. E mantendo a qualidade que tem os escritores mais gabaritados dos países de Língua Portuguesa. Citando como exemplo, Francisco José Tenreiro, cuja obra *Coração em África* é um dos hinos às diversas mães que um negro pode ter: a biológica e a própria África, das quais o poeta foi subtraído pelo seu pai, um português (Costa Barros, 2010: 10).

5. Conclusão

A Escola atual não tem uma disciplina que comporta as questões humano-sociais e que os levam a refletir sobre a sua existência e a do próximo quanto as questões raciais. Há-se lei, mas não há mecanismos que façam sua aplicação. Mesmo com a sua obrigatoriedade por lei, não há nos estabelecimentos sociais infraestrutura para aplicação da lei. Poucos profissionais de educação que se veem envolvidos com a causa, o fazem sem muito apoio porque dá muito trabalho criar um ambiente propício para a educação baseado nas questões raciais em uma educação prioritariamente bancária, de Paulo Freire. A educação evoluiu, porém deixou de lado as questões humanas, principalmente nas comunidades onde o IDH é extremamente baixíssimo e as pessoas são frequentemente desassistidas pelo poder público. Nessas regiões, a presença do negro é maior e as ideologias desvalorizadoras de gênero, raça, credo e orientação sexual tornaram-se a tônica cotidiana.

O combate a miséria tornou-se prioridade dos governos que se sucederam desde o início do século XXI. Mas nenhum deles apostou no aumento do conhecimento humano-social em relação ao aquisitivo financeiro. Mas a indagação que faço é de que adianta ter conhecimento e poder aquisitivo se o que nos falta é discernimento para utilizar esse capital adquirido. Com isso, não há acúmulo mínimo de valores. Ou quando há, este não é revertido em mudança social ou de melhoria e bem-estar próprio.

A escola é o simulacro da vida real. É nela que aprendemos como ultrapassar os desafios, vencer obstáculos e agir de forma correta diante de uma sociedade plural e com engenharias complexas e dificuldades históricas. Então, se algo der errado dentro da escola, dará com certeza fora dela. Devemos observar as mudanças a partir do enfoque epistemológico, ou seja, fundamentadas em estudos de várias teorias das ciências e das metodologias de educação, de forma multidisciplinar, para o indivíduo, a partir das teorias de estudiosos como Piaget, Vigotski, Paulo Freire, Celestin Freinet, Emília Ferreiro, Sacristan entre outros. Mas também observar questões raciais de força lógico-humanas, e principalmente culturais revistas por estudiosos como Frantz Fanon, Munanga Kabenguele, Stuart Hall e Homi Bhabha.

6. Referências Bibliográficas

- SKIDMORE, Thomas (2012). Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930). 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos (2010). “Banco de dados mostra situação da população negra do Brasil”, 2º Caderno Vozes da Classe Média, de novembro de 2012. Consultada em 12.10.2013, em <http://www.sae.gov.br/site/?p=11130#ixzz2hYWbhvbwh><http://www.sae.gov.br/site/?p=11130>.
- Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos (2010). Palestra do ministro Fernando Haddad. *In* O governo Lula segundo seus ministros. Vol. 3. Brasília: SAE, 2010. Consultada em 12.10.2013, em <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodepalestras/livro.php?id=120531150302-15ddb9a67eb64a919efb3c8842145a73&name=03%20Governo%20Lula>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.] (2011). Retrato das desigualdades de gênero e raça / - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Consultada em 12.10.2013, em <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>.
- BENTO, Maria Aparecida Silva (2005). Branquitude e poder - a questão das cotas para negros. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente May. 2005. Consultada em 12.10.2013, em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100005&script=sci_arttext.
- WAISELFSZ, Julio Jacobo (2012). Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Consultada em 12.10.2013, em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf.

COSTA BARROS, Edmar (2010). "A bit of other part – a identidade do mestiço em Francisco José Tenreiro". Comunicação apresentada no IV Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: Áfricas – Dinâmicas culturais e literárias. Sessões de comunicação – Sala X – São Tomé e Príncipe [09/11/2010]. Ouro Preto: PUC Minas/UFMG. Consultada em 12.10.2013, em http://www1.pucminas.br/documentos/africanas_09_11_2010.pdf.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (1991). A África na escola brasileira. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Abdias do Nascimento.